

Um NEAB na Educação Básica e o I Circuito Cultural Afro-Brasileiro do Colégio Pedro II¹

PIO, Alessandra²
GEPARREI – NEAB/CPII³

Sendo o Colégio em voga uma das instituições de referência no plano da Educação Básica, tanto por seus resultados em provas como ENEM e outras avaliações, quanto pela excelência de seu corpo docente, as renovações que acontecem neste lugar tendem a reverberar por todos aqueles engajados nos diferentes níveis educacionais. Sendo assim, compreendemos que as atividades extracurriculares que alcançam maior público são essenciais na disputa pelos sentidos da escola e de seu currículo.

Neste contexto, organizamos o I Circuito Cultural Afro-Brasileiro, procurando trazer para dentro da escola uma discussão normalmente periférica neste espaço: as desigualdades de raça e gênero. Diante de uma escola tão plural como este Colégio, situações de preconceitos de raça, classe e gênero são generalizados e precisam ser debatidos de forma central. Desta forma, um evento como o que realizamos em 2014 atinge um dos pilares do espaço escolar, que é a educação para a cidadania, como prega nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de forma a instrumentalizar a instituição a tratar de temas ainda considerados “fora do lugar”.

Objetivos

- Implementar as Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tem dentre seus objetivos a inserção, no ambiente escolar e nos currículos escolares, do ensino de história e culturas africana, afro-brasileira e indígena;
- Estabelecer um vínculo entre a educação básica e o ensino de direitos fundamentais, respaldando as Conferências de Durban e de Pequim+20, no que tange aos debates sobre raça e gênero;

¹ O nome da IFE foi omitido do texto original, submetido à 12ª Reunião Científica Regional Sudeste da ANPED, na modalidade pôster, para manter o sigilo exigido.

² Doutoranda em Educação do PPGE/UFRJ, professora da rede municipal de Duque de Caxias/RJ e pedagoga do Colégio Pedro II.

³ Grupo de Estudos, Pesquisas e Ações sobre Racismo e Relações Étnico-Raciais e Indígenas – Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros do Colégio Pedro II.

- Desconstruir estereótipos e mitos em relação às mulheres negras na mídia e nas artes de uma forma geral;
- Contribuir para novas práticas pedagógicas que insiram em suas reflexões e atividades uma ressignificação dos conceitos de raça e gênero, assim como o entendimento das desigualdades geradas por estes padrões.

Metodologia do Projeto

Esta IFE é uma das instituições de educação básica mais complexas do país. Possui um total de quinze *campus* distribuídos na cidade do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e Niterói. São eles: Centro, D. Caxias, Engenho Novo I, Engenho Novo II, Humaitá I, Humaitá II, Niterói, Realengo I, Realengo II, São Cristóvão I, São Cristóvão II, São Cristóvão III, Tijuca I, Tijuca II e Educação Infantil.

Foi neste contexto que, em 2013, foi criado o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro, o NEAB, atendendo à demanda da comunidade escolar de contemplar um currículo (assim como atividades extracurriculares) que abrangesse a diversidade cultural. Após um mês visitando todos os *campi*, a coordenação do Núcleo fez um levantamento das demandas iniciais: era preciso trazer à tona os embates étnico-raciais que vinham sendo travados cotidianamente sem que um trabalho de conscientização coletiva fosse realizado. Não há números oficiais sobre cor/raça na escola⁴, sabemos apenas o que vemos e agimos pela urgência dos acontecimentos, que envolvem alunos de classe média, da periferia, de comunidades e toda a complexidade carioca que se pode ter em mente.

Diante desse quadro, o NEAB envolveu professores, técnicos, alunos, responsáveis e toda a comunidade escolar no “I Circuito Cultural Afro-Brasileiro”, que tratava, dentre outras questões, do espaço da mulher negra na sociedade.

Este circuito se realizou entre o dia dezoito de outubro e primeiro de novembro de 2014, como consta no programa do evento⁵. O período extenso se deu devido ao número de *campus* a serem atendidos e pela distância entre eles. Entre organização, apoio, oficinas, palestras e

⁴ É possível encontrarmos um levantamento de 2014 no sítio oficial do Colégio. Entretanto, devido ao alto percentual de “não declarados”, a estatística não deve ser levada em consideração para estudos acadêmicos. Não há cobrança ou exigência do preenchimento de pertencimento racial.

⁵ Disponível na página do Núcleo: www.neabcp2.com.br. Acesso em:

divulgação, somamos mais de trinta pessoas, voluntárias na luta pela implementação da Lei nº 10639/2003.

Os assuntos abordados foram pautados após as visitas, descritas acima, e das questões decorrentes delas, em reuniões do NEAB e seus parceiros internos e externos. O trabalho foi gerido em diferentes contextos, com debates, oficinas, rodas de conversa organizados a partir dos seguintes temas geradores.

Embasamento teórico

A proposta foi norteada pelas “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afrobrasileira e Africana”, pois nos orientamos pelo princípio de que elas: “[...] são também Leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos” (BRASIL, Diretrizes, 2004).

Entretanto, para além do que fora proposto para os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Correlatos, pretendemos nos firmar como um NEAB de Educação Básica, com ações voltadas para a formação de uma comunidade escolar disposta a enfrentar nos desafios trazidos pela implementação de uma educação para as relações étnico-raciais, com respeito, valorização e conhecimento dessa cultura subjugada durante tantos séculos.

Para isso, nos pautamos em leituras indicadas pelas próprias diretrizes, supracitadas, e por autores atuantes no combate ao racismo no ambiente escolar, que lutam por uma educação mais igualitária. Tais como: Nilma Lino, Kabengele Munanga, Regina Pinto, Carlos Hasenbalg dentre outros. Discutimos, na elaboração do projeto, embasados em autoras do feminismo negro, como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e bell hooks, que nos motivam e provocam.

Somando-se a estes aspectos, o espaço escolar ainda parece perpetuar a imagem de cientistas brancos e homens. Isto pode ser interpretado como uma violência simbólica, tal como Pierre Bourdieu conceitua, em particular em relação às alunas (mulheres) negras. Como afirma Bell Hooks, o sistema capitalista patriarcal com supremacia branca nega às mulheres, especialmente as negras, a possibilidade de domínio intelectual (Hooks, 468: 1995).

Por fim, concordando com Nilma Lino Gomes, acreditamos que a dificuldade de trabalhar o conceito identidade negra na cultura desigual em que vivemos é difícil, pois os alunos e alunas negras são vistos como excluídos, detentores de dificuldades e desvios.

Resultados Imediatos

As Mesas de Debate sobre as mulheres negras tiveram forte engajamento de alunos e alunas, levando ao desenvolvimento de atividades pedagógicas específicas, já supracitadas. Foram trazidos militantes e especialistas sobre o tema, ampliando a relação da escola com questões ainda periféricas nos currículos escolares, valorizando a beleza e o protagonismo das mulheres negras.

Os *campus* São Cristóvão III, Humaitá II, Caxias e Realengo II, por iniciativa de alunos que perceberam um momento propício para se reunirem em torno do debate étnico-racial, formaram Coletivos e Frentes Negras, onde fomentam debates e levantam questões essenciais à implementação de políticas promotoras da igualdade racial na escola.

Os resultados pedagógicos mais objetivos foram: as oficinas (Razões e significados do uso dos turbantes, ministrada por Fabíola Oliveira, do grupo Colares D'Odarah; Cabelo Afro: poder desde a raiz, ministrada por Rosângela Gomes, blogueira, militante e responsável pelo canal do Youtube Negra Rosa Jô). Essas oficinas envolveram alunos e alunas que discutiram, a partir do que foi apresentado, sobre o sagrado feminino na ancestralidade afro-brasileira. Mas também sobre os padrões estéticos eurocentrados, que tratam a mulher negra como exótica ou descartável.

O envolvimento de docentes que implementaram, por conta própria, em suas atividades, uma Semana da Consciência Negra no mês de novembro, em São Cristóvão III, levando alunos e alunas a discutirem questões como a mulher negra no mercado de trabalho, gênero e negritude, racismo.

Por fim, um trabalho escrito em conjunto com os voluntários organizadores, palestrantes,icineiros, sobre as expectativas de contribuição do grupo para aquele ambiente escolar – que será entregue em reunião com a reitoria da instituição. Foram convidados a participar dessa construção os profissionais voluntários da primeira edição do evento.

Perspectivas de continuidade e sustentabilidade do trabalho:

São inúmeras as possibilidades de reverberação deste tipo de atividade em um ambiente escolar. Destacamos algumas, que serão implementadas de forma objetiva nos próximos dois anos:

- Extensão do I Circuito Cultural Afro-Brasileiro aos *campi* onde as atividades não puderam ser efetivadas por conta da falta de infra-estrutura local.
- Organização de um livro com trabalhos de alunos sobre a temática racial e de gênero, com os alunos do 2º ano/2014 da unidade Humaitá II. O livro contará com uma introdução teórica, produzida por professores integrantes do NEAB envolvidos com estudos sobre a temática étnico-racial; trabalhos de alunos orientados pela professora de sociologia, Paula Menezes; sugestões de atividades pedagógicas para abordar as interseções entre gênero e raça. O projeto concorrerá a um edital de publicação do próprio Colégio.
- Fortalecimento dos Coletivos e das Frentes Negras formadas pelos alunos e alunas, através de atividades de leitura e empoderamento identitário.

Bibliografia

- ARAÚJO, Joel Zito Almeida de. *A negação do Brasil: o negro na telenovela brasileira*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.
- AZEVEDO, C. M. M. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- BRASIL. *Lei nº 10639, de 9 de janeiro de 2003*. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 9 jan. 2003.
- BRASIL. Ministério da Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília: MEC, [s.d.]. Disponível em: [<http://portal.mec.gov.br/cne/>].
- CARNEIRO, Sueli. *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. São Paulo: Selo Negro, 2011. (Consciência em debate)
- GOMES, Nilma Lino. *Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- HOOKS, Bell. *Intelectuais Negras*. Revista Estudos Feministas, v.3, n.2, 1995. Pp. 464-478. *estruturalista*. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

- LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 1ª Reimpressão. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012. (Coleção cultura negra e identidades)
- OLIVEIRA, Iolanda de (Org). *Relações raciais e educação: novos desafios*. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. (Coleção políticas da cor)
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: cor e raça na sociedade brasileira*. 1ª Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.
- TOSCANO, Moema. *Estereótipos sexuais em educação: um manual para o educador*. Petrópolis, RJ: 2000.